



Número: **0800058-14.2019.8.20.5161**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Baraúna**

Última distribuição : **25/01/2019**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JONATHAN WESLEY DE SOUZA ACOSTA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
38419796	25/01/2019 16:39	<a href="#">PROCURAÇÃO E CONTRATO - Jonathan Wesley de Souza Acosta - Mossoró-RN - 22.01.2019</a>	Procuração
38419804	25/01/2019 16:39	<a href="#">DOCUMENTAÇÃO - Jonathan Wesley de Souza Acosta - Mossoró-RN - 22.01.2019</a>	Documento de Comprovação
38419809	25/01/2019 16:39	<a href="#">RELATO - Jonathan Wesley de Souza Acosta - Mossoró-RN - 22.01.2019</a>	Documento de Comprovação
38419817	25/01/2019 16:39	<a href="#">AR CORREIOS - Jonathan Wesley de Souza Costa - Mossoró-RN - 22.01.2019</a>	Outros documentos
38449033	11/02/2019 11:36	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
41198975	28/03/2019 10:24	<a href="#">Petição</a>	Petição
41199266	28/03/2019 10:24	<a href="#">JONATHAN WESLEY DE SOUZA ACOSTA - IMPOSSIBILIDADE DE JUNTADA DE B.O.</a>	Outros documentos
45104512	25/06/2019 09:48	<a href="#">Citação</a>	Citação

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS**  
**COM CLAUSULA "AD EXITUM"**

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante Jonathan Wesley de Souza AC brasileiro(a) Golteiro, AG-Recellon portador do CPF: 034.066.234-38 residente na Rua: Benedito Mesquita de Lima 84, Bairro: Monte Branco, COMARCA Barauna com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Barauna -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à **30% (trinta por cento)**, sob o valor da condenação, **independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;**

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula **" ad exitum";**

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 15/01/2018.

Contratante: Jonathan Wesley de Souza AC

Contratado: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO  
OAB/7469

Testemunhas: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

P R O C U R A Ç Ã O "AD JUDICIA"

Outorgante: Jonathan Wesley de Souza Acosta brasileiro(a) -  
Solteiro, Agincelton portador do RG nº 002.878.768, e do  
CPF nº 084.066.23438, residente na  
RUA: Benedito Leandro de Lima BAIRRO:  
Monte Suro, cidade Barauna - Rio Grande  
do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS  
DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada, portadora da OAB/RN  
7.469, EMMANUEL SARAIVA FERREIRA OAB/PB 16928 podendo serem  
intimados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual  
confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula  
"ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na Comarca  
Barauna -RN, podendo a outorgada, confessar, assinar,  
desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitação,  
transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo, receber e  
levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação, apresentar  
recurso e contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto  
bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo  
levantar alvará judicial, acompanhar todo processo até o final do  
julgamento, representado ainda os interesses do outorgante, podendo  
ajuizar apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente,  
junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para  
garantir o direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os  
atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 15/01/2019.

Outorgante: Jonathan Wesley de Souza Acosta.  
• Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de  
13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.

## DECLARAÇÃO DE POBREZA

Jonathan Wesley Souza Costa, brasileiro(a), Solteiro, Agricultor  
portador do RG n° 002.878.768 e do CPF 084.066.23438 residente na  
Rua: Benedito benedito de Lima, na Cidade de Barauna - Rio Grande do  
Norte. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma  
da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as  
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na  
Comarca de Barauna - Rio Grande do Norte. Afirma ainda  
ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a  
verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em 15/01/2018.

Declarante: Jonathan Wesley de Souza Costa

CP - Decreto Lei n° 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, Jonathan Wesley de Souza Costa, brasileiro, Solteiro,  
Agricultor, com CPF nº 084.666.234-38 residente na  
Rua Benedito Brandão nº 84, BAIRRO: Monte Belo  
Parauapebas -RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento  
de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes,  
fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei  
7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e  
cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o  
presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro-RN, em 15 / Jan / 2019

Declarante: Jonathan Wesley de Souza Costa

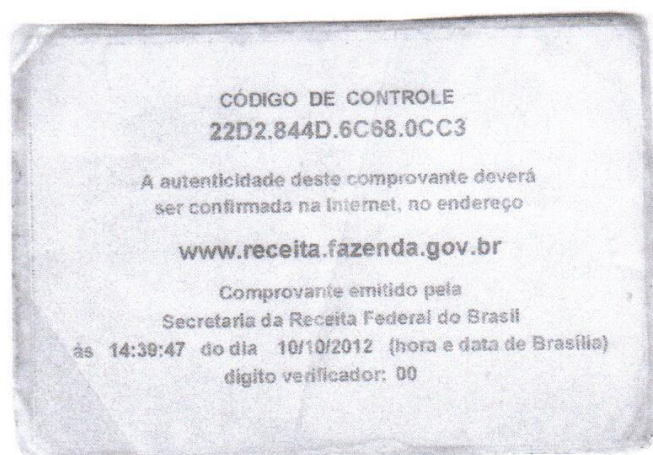
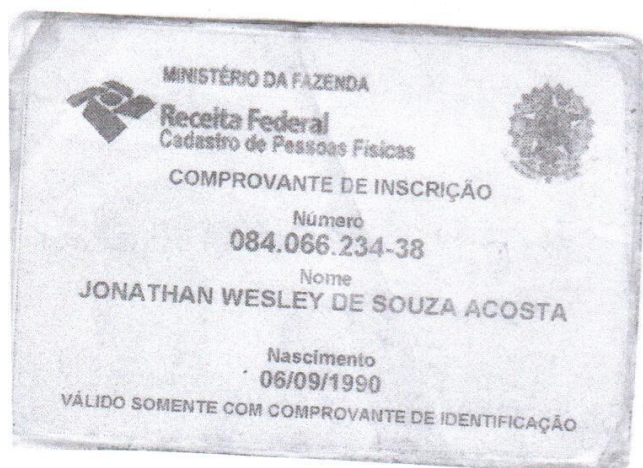
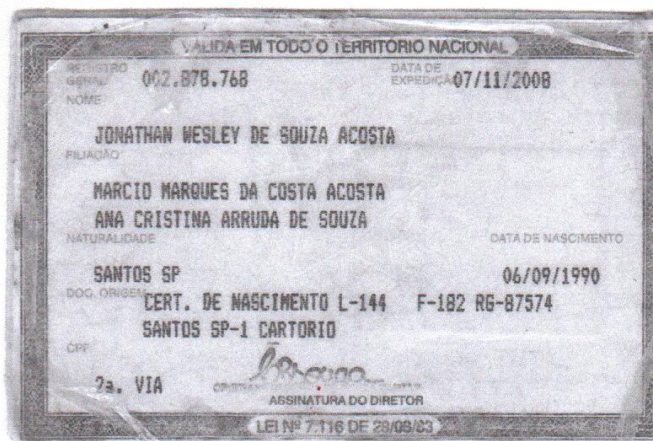
CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PODER EXECUTIVO  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA  
Secretaria Municipal de Saúde Pública  
Hospital e Maternidade Francisco Bezerra Sobrinho

CONDUTA  
MÉDICA

PACIENTE: JONATAS WESLY DE SOUZA COSTA

PAI: MARCIO MARQUES DA COSTA

ENDEREÇO: R JOAO BALTAZAR DA SILVA

MÃE: ANA CRISTINA

EST. CIVIL: SOLTEIRO(A)

PROFISSÃO: AGRICULTOR(A)

CARTÃO SUS: 000 0000 0000 0000

NÚMERO: 64

IDADE: 0

TELEFONE: ( ) -

PRÉ-CONSULTA >>> PA: 160 x 90

PESO:

TEMPERATURA:

HGT:

SpO<sub>2</sub>: 99% FC: 86

### HISTÓRICO CLÍNICO

Residente próximo de  
quedou de modo  
apresentando lesão em  
bale + excorizações por  
falta os membros e  
cabeça + Desorientação,  
Alargada 14, sem olhos  
abertos.

### CONDUTA

Dipirona + Dexametasona  
01 com IM.  
Examinado ao HCTM

Nº ATENDIMENTO: 1028582

DATA DO ATENDIMENTO: 06/09/2018

HORA: 17:59







**J. P. L. Matos e Peças** José Paz de Lira Neto ME

Av. Dom Aureliano Matos, 1934 - C. 5462

Fone: (88) 3423-1861 — Limoeiro do Norte CE

**NOTA FISCAL 1**

☒ SAÍDA

☐ ENTRADA

Nº 0435

CNPJ

07 950 062 / 0001 - 03

INSCRIÇÃO ESTADUAL

06 193 223 - 0

1ª VIA (BRANCA) DEST. REMETENTE

2ª VIA (AMARELA) EMITENTE

3ª VIA (VERDE) FISCAL / COLEÇÃO

4ª VIA (AZUL) FISCAL / ORIGEM

DATA LIMITE PARA EMISSÃO

13/02/2011

DATA DA EMISSÃO

20.03.20

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

20.03.20

VENDA

EMITENTE/REMETENTE

WINGOS DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ

3563 051.283.444-01

MUNICÍPIO

FAZENDAL II

CEP

59700-000

MOTONETA TRAX LS00-2  
MODELO: 019415  
ANO/MODELO: 2007/2007  
49CC - GASOLINA -  
RENAVAM: 019415  
COR: PRETA  
CHASSI: LAAAXKBB670016163  
MOTOR: 2007018695

QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTA	VALOR DO ICMS
01		3.300,00		

FÓRMULA DE CÁLCULO ICMS		VALOR ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS SUBS.
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESP. ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO ICMS
NOME / RAZÃO SOCIAL: O MESMO			
ENDEREÇO:			
QUANTIDADE	EESPECIE	MARCA	VALOR TOTAL
01	MOTONETA	TRAX	

TÍTULO DO IMPOSTO		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
VALOR DA SUBSTITUIÇÃO	FUNDO RURAL	3.300,00
BASE DE CÁLCULO DO ISS	ALÍQ. DO ISS%	VALOR TOTAL DO ISS
VALOR TOTAL DO ISS		3.300,00
VEÍCULOS TRANSPORTADOS		
PLACA DO VEÍCULO	UF	

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES	
VENDA A PRAZO	
VALOR A VISTA	VALOR A PRAZO
Documento fiscal emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional: "NÃO SERÁ DIREITO A CREDICITAMENTO FISCAL DE ISS, ICMS e IPI".	

ESCREVA A DATA DA SAÍDA/ENTRADA DAS MERCADORIAS SOBRE O SELO	<b>SELO FISCAL</b>
REPETIR A SÉRIE E O NÚMERO DO SELO ACIMA	20.03.2008
	AC 349045435
	AC 349045435

J M Maia Tipografia - Rua Antonio Joaquim, 1915 A Lim, do

02 Bts. 25x4 0401 a 0450 PED. 994250 AIDF-E 200807072 13





06/09/18

#nen 20:30h

Acidente de moto s/ capacete.  
Relato de perda de consciência,  
anúria durante a desorientação.

At home:

G14 (corpo), P11n. s/difto

Te uóris: p/ lesões traumáticas  
intracranianas.

Dr. Cláudio V. Pereira  
NEUROCIRURGIA  
CRM - 5199

CD: observação.

06/09/18. B.M.F

Paciente vítima de acidente motociclístico sem uso  
do capacete, não lembra do momento do acidente,  
ao exame físico apresenta laceração em região periorbitária  
à D, e edema em lábio superior. Ao exame de TC  
não apresenta fratura em ossos de face.

Condito: Sutura + Alta B.M.F.

Dr. Rodrigo Bezerra  
Bico - Mente - Facial  
C.R.O.P.R. 3588

#nen 22:30h

G15, s/difto

CD: Alta da Nen

Dr. Cláudio V. Pereira  
NEUROCIRURGIA  
CRM - 5199

HOSPITAL REG  
ESTÁ CONFO  
SAME MOSSORÓ

SAÚDE

27/10/2018  
B.M.F.



Norões -RN, em 22/10 2018

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS DE DIREITO QUE NO DIA FATO 06/09/2018  
Hora: 19:46

LOCAL DO ACIDENTE: Estrada / Baraúna

PROXIMO: Conjunto Filadélfia

VEICULO ENVOLVIDO: CICLOMOTOTRAX ANO- 2007, COR: Preta

PLACA: \_\_\_\_\_; CHASSI: LAAAXB0670056168, RENAVAN: 019455;

COMO ACONTECEU O ACIDENTE: A vítima informa que foi vítima

Acidente, quando tinha na mão acima estradas

Perdeu o controle do veículo ao passar por  
por um buraco, vindo cair ao solo

QUEM SOCORREU A VITIMA: Populares

PARA ONDE FOI SOCORRIDO: Hospital Baraúna, encaminhado  
Torresio Jucia


Nada mais a constar assino o presente termo, o fazendo ciente das sanções penais  
determinadas no art. 299 do CPB, assumindo toda responsabilidade sobre o teor e conteúdo  
das declarações ora prestadas.

\_\_\_\_\_-RN, EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

Assinatura do declarante: Donatiana Uelley de Sousa Acosta

Testemunhas: Maria Jucia da Silva

Testemunhas: Rafael Jucis

 <b>CORREIOS</b> <b>BRASIL</b>	<b>AVISO DE RECEBIMENTO</b> <b>AVIS CN07</b>	<b>AR</b>	<b>JU 03362206 0 BR</b>						
	<small>DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT</small> 20/10/2019								
<small>UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT</small>		<small>TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON</small> <table border="1"> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> <tr> <td>:</td> <td>h</td> <td>:</td> </tr> </table>					:	h	:
:	h	:							
<small>PREENCHER COM LETRA DE FORMA</small>									
<small>NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR</small> JONATHAN WESLEY DE SOUZA ACOSTA									
<small>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE</small> RUA: RICARDO LIMA 96,									
<small>CIDADE / LOCALITE</small> MOSSORO									
<small>UF</small> RN			BRASIL						
5 9 6 0 7 3 8 0									

ENDEREÇO PARA  
 DEVOLUÇÃO  
 RETOUR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE  
**SEGURADORA LIDER**

ENDEREÇO / ADRESSE  
**RUA DA ASSEMBLEIA 100, 2ª ANDAR**

CEP / CODE POSTAL  
**200.11904**

CIDADE / LOCALITE  
**RIO DE JANEIRO DO BRASIL**

UF  
**RJ**

PAIS / PAYS  
**BRASIL**

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI  
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE  
☐ EMS  
☒ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR  
**RICARDO LUIZ MARQUES**  
**06 DEZ 2018**

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR  
**RICARDO LUIZ MARQUES**  
**Rg: 08.003.544**

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION  
**06 DEZ 2018**

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION  
**CDD 1º DE MARÇO - DR/1**  
**06 DEZ 2018**  
**RIO DE JANEIRO/RJ**

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR  
**8.956.534-7**

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT  
**R. Júnior**  
**8.956.534-7**

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Vara Única da Comarca de Baraúna  
Avenida Jerônimo Rosado, S/N, Centro, BARAÚNA - RN - CEP: 59695-000

Processo: 0800058-14.2019.8.20.5161

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JONATHAN WESLEY DE SOUZA ACOSTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

## DESPACHO

Os artigos 319, VI c/c 320 do CPC, entre outras previsões, estabelece a necessidade de que acompanhe a petição inicial as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

Outrossim, verificando a exordial, não consta a juntada do Registro da Ocorrência no órgão policial competente, conforme exigência do artigo 5º, §1º, “a” e “b” da Lei 6.194/1974, sendo necessária a juntada dos referidos documentos para conhecimento da lide.

Diante do exposto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, anexando documentação acima indicada, sob pena de indeferimento da inicial e/ou cancelamento da distribuição nos termos do art. 321 do CPC.

Expedientes necessárias.

Cumpra-se.

Baraúna/RN, 28 de janeiro de 2019.

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

**VAGNOS KELLY FIGUEIREDO DE MEDEIROS**

**Juiz de Direito em Substituição Legal**

Em anexo.



MOSSORÓ. & ADVOGADOS ASSOCIADOS  
RUA ANTÔNIO VIEIRA DE SÁ, 986  
AEROPORTO – MOSSORÓ/RN

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA  
DA COMARCA DE BARAÚNAS – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

**PROCESSO: 0800058-14.2019.8.20.5161**  
**AUTOR: JONATHAN WESLEY DE SOUZA ACOSTA**

**JONATHAN WESLEY DE SOUZA ACOSTA**, já devidamente qualificado nos presentes autos, por intermédio de sua bastante procuradora que esta subscreve, podendo ser intimado no endereço que consta no preâmbulo da exordial, vem perante Vossa Excelência, em resposta ao despacho retro, informar a impossibilidade de apresentar o documento requerido, expondo e ao final requerendo o seguinte:

Informa a parte autora que a política gerenciada e administrada pela Seguradora Líder é regulada através de Circulares, Resoluções oriundas do Conselho Nacional de Seguros Privados e SUSEP, cuja autarquias regulamentam a forma de recebimento de processos administrativos, liquidação, bem como dos documentos necessários a liquidação dos sinistros enviados pelos beneficiários do DPVAT.

O fato, Douto Julgador, é que existem apenas 03 (três) formas dos beneficiários fazerem com que os processos administrativos cheguem até a Seguradora Líder, autarquia responsável pelo DPVAT, em nosso país:

O primeiro e mais difundido, divulgado pela própria autarquia é que o envio deva ser realizado junto aos Correios de Telégrafos, inclusive com propagandas nos meios de comunicação nacional orientado as vítimas de acidente de trânsito a utilizarem a via postal para remessa de seus requerimentos, para a Seguradora Líder.

A segunda forma que poderá ser usada pelos beneficiários é identificar uma das seguradora conveniadas em cada Estado, entregando os documentos para que sejam remetidos para a Seguradora Líder.

A terceira via utilizada é quando os beneficiários procuram consultores privados para que estes agilizem toda documentação administrativa, orientando e remetendo todo processo do DPVAT, direcionado

MOSSORÓ. & ADVOGADOS ASSOCIADOS  
RUA ANTÔNIO VIEIRA DE SÁ, 986  
AEROPORTO – MOSSORÓ/RN

exclusivamente, também para a Seguradora Lider, via uma das seguradora conveniadas.

-DO NÃO RECEBIMENTO DOS PROCESSOS SEM O BOLETIM DE OCORRENCIA.

Esclarece a parte autora que remeteu conforme prova documental acostada aos autos o processo administrativo, via Correios e Telégrafos, cumprindo desta forma exigência determinada por força da Jurisprudência exaurida pelo Supremo Tribunal Federal.

Ocorre que uma vez comprovando o beneficiário a remessa do processo até a Seguradora Lider, através dos meios retro citados, nasce a resistência da requerida em não apreciar e consequentemente liquidar os processos administrativos desacompanhados do Boletim de Ocorrência, como ocorreu no caso em tela, visto que, o envio resta devidamente comprovado através do Aviso de Recebimento- AR, documento emitido pelos Correios e Telégrafos, onde demonstra de forma indubitosa que a promovida recepcionou a documentação sem que tenha gerado o número do sinistro deve se reportar fundamentadamente nos termos do art. Artigo 373 da Lei nº 13.105 de 16 de Março de 2015, que determina:

“ O ônus da prova incumbe:

(...) –

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

§ 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

§ 2º A decisão prevista no § 1º deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.

Observa-se que o processo foi devidamente encaminhado, direcionado e finalmente recepcionado pela a Seguradora Lider, como determina a Jurisprudência de lavra do STF. Todavia, cabe a requerida alegar e provar o seu não recebimento, rebatendo inclusive o “ AR” dos Correios e

MOSSORÓ. & ADVOGADOS ASSOCIADOS  
RUA ANTÔNIO VIEIRA DE SÁ, 986  
AEROPORTO – MOSSORÓ/RN

Telégrafos, alegando se entender pertinente a falsidade do documento que instruí a presente lide.

Outros Tribunais Superiores quanto a exigência do prévio requerimento administrativo e conseqüente comprovação do envio do processo administrativo assim tem se manifestado:

*“A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer de forma absoluta, sendo possível por outros elementos comprovar-se a resistência da seguradora quanto à pretensão do segurado. A esse respeito, revela-se descabido o reconhecimento da carência do interesse de agir, com fulcro na falta de prévio requerimento administrativo, quando a parte ré formula tese defensiva que não se limita a arguir tal questão preliminar, mas adentra o exame do mérito, buscando desconstituir a totalidade das arguições autorais ventiladas, em nítida resistência à pretensão indenizatória do autor. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00002441520158150161, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. JOÃO ALVES DA SILVA, j. em 14-08-2018). “*

Nesse sentido, tem evoluído a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

*“ DECISÃO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. SEGURO DPVAT. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO: CONDIÇÃO PARA ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO. EXIGIBILIDADE. RESSALVAS APLICÁVEIS AOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO. PRECEDENTE. RECURSO PROVIDO.*

*Relatório 1. Recurso extraordinário interposto com base na al. a do inc. III do art. 102 da Constituição da República contra o seguinte julgado da Turma Recursal Única Cível e Criminal de Imperatriz/MA: “RECURSOS INOMINADOS.*

*SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO PROCESSUAL SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. POR UNANIMIDADE.*

*1. O requerimento administrativo constitui requisito essencial para o ingresso da demanda judicial. 2. Inexiste necessidade do esgotamento das vias administrativas, mas apenas a necessidade do prévio requerimento administrativo, o indício de que existiu a tentativa de fazê-lo, a ponto de gerar a pretensão resistida e configurar a necessidade de intervenção do Poder Judiciário.”. (RE 826890, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, julgado em 19/09/2014, publicado em DJe-193 DIVULG 02/10/2014 PUBLIC 03/10/2014).”*

Como se infere nos autos Douto Julgador, o requerimento administrativo foi direcionado a Seguradora Lider, já o seu regular tramite não fora concluído pelo fato de que não teria sido acostado ao processo o “ boletim de ocorrência”, documento este que na ótica da requerida seria imprescindível a liquidação dos processos referente ao seguro DPVAT.

A prova nesse sentido inclusive abraçada pelos nossos Tribunais Superiores e acompanhada pelo próprio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, é que existem outros meios para se comprovar a ocorrência do acidente de transito bem como o nexo causal.

MOSSORÓ. & ADVOGADOS ASSOCIADOS  
RUA ANTÔNIO VIEIRA DE SÁ, 986  
AEROPORTO – MOSSORÓ/RN

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, em recente decisão assim proferiu o seguinte acórdão, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2015.011718-1, que teve como Relator Desembargador Amaury Moura Sobrinho reconheceu a necessidade do prévio requerimento administrativo apenas para as causas relativas ao seguro DPVAT ajuizadas após 03 de setembro de 2014.

Transcrevo trecho do voto:

*"Portanto, a par do decidido pelo Supremo Tribunal Federal, deve essa Corte de Justiça adotar o novel pensamento oriundo da Colenda Suprema Corte para anotar que nas ações ajuizadas após 03.09.2014, como ocorre no caso presente, "a exigência de prévio requerimento não se confunde com o esgotamento das vias administrativas".*

- DO REQUERIMENTO:

Pelo exposto, reitera a parte autora o envio, remessa do processo administrativo direcionado a Seguradora Líder, nos termos do art. 373 e seguintes do NCPC, compete a ela comprovar o não recebimento do processo, momento que, requer ao Douto Juízo, que dissipado o equívoco seja dado prosseguimento ao feito, sendo finalmente citada a promovida nos termos da lei para querendo apresentar defesa caso assim deseje, efetivando-se ainda a confecção da prova pericial, nos termos do art. 31 ,II da Lei nº 11.945/2009, c/c Resolução nº 013/2013 do TJ/RN, ao sendo desta forma feita Justiça.

Nestes Termos.

Espera e Pede Deferimento.

Mossoró-RN, 27 de março de 2019.

**Kelly Maria Medeiros do Nascimento**

Advogada – 7.469/RN





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Vara Única da Comarca de Baraúna  
Avenida Jerônimo Rosado, S/N, Centro, BARAÚNA - RN - CEP: 59695-000

CARTA DE CITAÇÃO

Ao(À)

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
Edifício Citibank, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904

De ordem do Exmo(a). Sr(a). Dr(a). VAGNOS KELLY FIGUEIREDO DE MEDEIROS, MM Juiz(a) de Direito em Substituição Legal na Vara Única da Comarca de Baraúna, na forma da lei.

Manda, pela presente, extraída dos autos do processo infra-identificado, na conformidade do despacho no final transcrito e da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, CITAR essa seguradora, por seu representante legal, para, querendo, contestar a ação no prazo de quinze (15) dias.

ADVERTÊNCIA: Caso não seja contestada a ação, serão tidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 285 do CPC).

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando o código xxxxxxxxxx, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Processo: 0800058-14.2019.8.20.5161

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Autor: AUTOR: JONATHAN WESLEY DE SOUZA ACOSTA

Réu: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO/DECISÃO:em anexo

BARAÚNA/RN, 25 de junho de 2019.

ANA QUEZIA MORAIS DE SOUZA

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

<p>Vara Única da Comarca de Baraúna Avenida Jerônimo Rosado, S/N, Centro, BARAÚNA - RN - CEP: 59695-000</p> <p>Processo: 0800058-14.2019.8.20.5161</p>	<p>Vara Única da Comarca de Baraúna Avenida Jerônimo Rosado, S/N, Centro, BARAÚNA - RN - CEP: 59695-000</p> <p>Processo: 0800058-14.2019.8.20.5161</p>
<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Edifício Citibank, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904</p>	<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Edifício Citibank, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904</p>